



## PRÁTICAS EDUCATIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*EDUCATIONAL PRACTICES AND POPULAR EDUCATION: REFLECTIONS ON COPING WITH DOMESTIC VIOLENCE*

Maria Gabrielly Alves Brasil<sup>1</sup>  
Letícia Lane dos Santos Silva<sup>2</sup>  
Maria Fernanda dos Santos Alencar<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo estuda a relação entre a prática educativa e a educação popular no enfrentamento à violência doméstica, tendo como objetivo identificar as principais práticas educativas utilizadas no combate à violência doméstica no município de Caruaru-PE. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com vivência nas ações educativas desenvolvidas pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e pelo Centro de Referência Maria Bonita (Caruaru-PE), em 2023, durante o "Agosto Lilás". Como instrumento de registro e levantamento de informações foram utilizados o diário de campo e a entrevista semiestruturada. Os resultados apontam que práticas educativas, na perspectiva da educação popular, são importantes para a ampliação do conhecimento dos direitos das mulheres, para a conscientização sobre a violência doméstica como crime, a reeducação para as relações de gênero e para que as mulheres saibam da existência de políticas públicas de acompanhamento psicológico, jurídico, social e educativo que contribuem para

a reintegração e emancipação das mulheres vítimas de violência doméstica.

**Palavras-chave:** Educação popular; práticas educativas e violência doméstica.

**ABSTRACT:** This article studies the relationship between educational practice and popular education in the fight against domestic violence, with the objective of identifying the main educational practices used in the fight against domestic violence in the municipality of Caruaru-PE. A qualitative research was developed, with experience in the educational actions developed by the Secretariat of Public Policies for Women and the Maria Bonita Reference Center (Caruaru-PE), in 2023, during the "Lilac August". As an instrument for recording and collecting information, the field diary and the semi-structured interview were used. The results indicate that educational practices, from the perspective of popular education, are important for the expansion of knowledge of women's rights, for raising awareness about domestic

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPq). E-mail: [maria.abrasil@ufpe.br](mailto:maria.abrasil@ufpe.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPq). E-mail: [leticia.lane@ufpe.br](mailto:leticia.lane@ufpe.br)

<sup>3</sup> Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (NFD/CAA/UFPE). Prof<sup>ª</sup> do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (CCSA/UFPE). Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPq). Email: [fernanda.alencar@ufpe.br](mailto:fernanda.alencar@ufpe.br)





violence as a crime, re-education for gender relations and for women to know about the existence of public policies for psychological, legal, social and educational follow-up that

contribute to the reintegration and emancipation of women victims of domestic violence.

**Keywords:** Popular education; educational practices and domestic violence.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse texto tem por intenção refletir as relações entre práticas educativas, sejam elas escolares e/ou não escolares, e educação popular e a questão da violência doméstica. O elemento para a compreensão acerca da violência doméstica é a prática educativa dentro e fora do ambiente escolar, visto que a partir do currículo escolar, dos movimentos sociais e das mídias de massa podemos trabalhar elementos que compõem a “cultura de violência doméstica” que foi propagada e naturalizada em nosso país. Ações de violência doméstica podem se tornar banalizadas ao não serem discutidas de forma esclarecida e problematizadora.

Brandão (1986) nos diz, respaldado nos estudos sobre educação popular, que essa “[...] obriga a uma revisão do sentido da própria educação” (Brandão, 1986, p. 5), explicando que a educação popular e as práticas educativas desempenham um papel orientador no desenvolvimento social e que quando as propostas educativas não contribuem efetivamente para a formação, a evolução sócio-histórica é comprometida. Neste contexto, a educação popular, em conjunto com as práticas educativas, revela-se crucial ao estabelecer um diálogo direto com a camada popular. Esse diálogo é fundamental para a construção de perspectivas e visões que favoreçam uma compreensão mais aprofundada de temas relevantes, como a violência doméstica.

Somos condicionados a uma cultura que constrói, por meio de seus canais de comunicação e da sociedade em si uma idealização da mulher que serve como paradigma nas esferas política, econômica e social. Essa construção ocorre por meio de alguns livros, filmes e músicas, os quais são consumidos diariamente em nosso cotidiano, especialmente após a popularização das tecnologias e das mídias sociais, prejudicando o olhar sobre a





mulher e influenciando comportamentos que não a protege como ser de direito, mas a usa como objetos descartáveis.

Esse ambiente possibilitou que várias pautas fossem abordadas pelos movimentos feministas, uma vez que o meio virtual se tornou um local de fácil acesso para a propagação de informações, impulsionando o crescimento das discussões sobre a violência contra a mulher no mundo e, conseqüentemente, no Brasil.

Muitos fatores contribuem para a violência doméstica, incluindo desigualdade de gênero, normas culturais que toleram ou legitimam a violência, falta de educação e conscientização sobre o assunto, desemprego, abuso de substâncias e outros problemas, como os relacionados à saúde mental. Teles e Melo (2017, p.10) nos dizem “Esse fenômeno de violência [...] atinge mulheres de diferentes classes sociais, grupos étnicos, posições econômicas e profissionais”. Esses fatores interagem de forma complexa o que torna a violência doméstica um problema multifacetado que requer uma abordagem abrangente de prevenção e intervenção.

Partindo desse viés nos questionamos: Quais práticas educativas na perspectiva da educação popular são realizadas para o enfrentamento da violência doméstica em Caruaru-PE? Diante desta questão, temos como objetivo: Identificar as principais práticas educativas utilizadas no combate a violência doméstica no município de Caruaru-PE.

A escolha do nosso objeto de estudo práticas educativas e educação popular como forma de enfrentamento à violência doméstica, surge a partir de nossa vivência na Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e no Centro de Referência Maria Bonita, ambos do município de Caruaru-PE. Essa vivência foi possibilitada por meio do desenvolvimento de estudos na disciplinas de Fundamentos e Processos da Educação Popular, do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, da Universidade Federal de Pernambuco, possibilitando-nos um exercício de pesquisa e





reflexão teórica que forneceram suporte teórico e metodológico para a concepção deste trabalho.

Acreditamos que este estudo tem o potencial de gerar um impacto significativo, pois poderá possibilitar uma compreensão dos diversos aspectos que envolvem a violência doméstica. Ao trazer à tona questões e experiências muitas vezes silenciadas bem como a ação de práticas educativas para a intervenção e a necessária interrupção desse ciclo violento de forma a contribuir para uma possível conscientização coletiva.

Este artigo está organizado em seções. Na primeira seção, discorremos sobre práticas educativas e educação popular, entrelaçando a temática da violência doméstica. Na segunda seção, apresentamos nossa metodologia, indicando nossos sujeitos de pesquisa e como trataremos os dados coletados em campo. Na terceira seção, discutimos os dados obtidos. Por fim, na quarta e última seção, apresentamos nossas considerações finais.

## **2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Compreende-se que as práticas educativas, bem como a educação popular, nesse viés, se fundem numa prática e educação que perpassam os muros escolares, a educação tradicional na qual há transmissão dos saberes, sem viabilizar que o/a sujeito/a alceie sua criticidade. Partindo dessa compreensão, entendemos que as práticas educativas, quando associadas à educação popular, proporcionam uma nova forma de compreender os horizontes do nosso corpo social<sup>4</sup>, promovendo a conscientização. Como exposto por Maciel (2011, p. 333)

[...] os movimentos sociais de diversas naturezas surgidos em torno de temas como etnia, gênero, ambiente, entre outros, passam a incorporar, de algum modo, o ideário popular. Isso ressalta que a Educação popular não se origina de uma única fonte social, mas parte de ampla gama de ideias.

<sup>4</sup>Entende-se o corpo social como uma sociedade dinâmica, viva e atuante.





No tocante à violência doméstica, compreendemos a significância dos movimentos que articulam e compõem nossa cultura, porquanto, como citado logo acima, a educação popular, bem como as práticas educativas, não se especificam apenas a um único e sólido modelo de educação. Inferimos o quão primordial torna-se uma educação e uma prática educativa que venha com a intencionalidade de problematizar e causar a reflexividade nas pessoas que entram em contato com essa temática, trazendo pautas que tragam o impacto da complexidade e das estruturas desse fenômeno que é a violência doméstica e que, infelizmente, ocorre demasiada e frequentemente.

Stevens *et al* (2017) nos diz que a mudança almejada é alcançada por meio da educação, do processo de autodesenvolvimento. Para isso, uma estratégia diversificada e consistente é essencial. Isso inclui políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, iniciativas cotidianas em ambientes como residências, escolas e espaços públicos, além de redes sociais e agências especializadas de apoio às vítimas de violência doméstica. Além disso, medidas legais mais rígidas devem ser tomadas para coibir e eliminar os crimes de violência contra a mulher. Assim como ratifica Batista (2017)

A educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. As variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania (Batista, 2017, p.11).

A ampliação do espaço institucional dedicado à proteção dos direitos das mulheres e ao combate à violência de gênero tem papel importante nesse sentido, bem como a realização de cursos, debates e workshops também é uma das muitas estratégias para facilitar essa mudança. No que tange a educação popular e as práticas educativas,





trazemos o que nos elucida Freire (2013) “A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os **homens** <sup>5</sup> vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (Freire, 2013, p. 41, grifo nosso). Dessa maneira, entende-se que é necessário haver uma educação que venha problematizar e conscientizar a sociedade.

Freire (1979) ainda nos ajuda a compreender que no ato da problematização, em conjunto com a ação e a reflexão, desenvolvemos a conscientização-“A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (Freire, 1979, p. 15). À luz do exposto, compreende-se que a educação popular, juntamente com as práticas educativas, pode influenciar o enfrentamento à violência doméstica, ao contribuir para a conscientização sobre o que constitui violência doméstica e sobre como buscar auxílio e a quem recorrer em tais situações. Dessa forma, amplia-se a identidade das mulheres enquanto seres mais, seres de direito, autônomas e resistentes. Embora seja uma luta constante e difícil, observa-se que a transformação do pensar e de modos de problematizar e refletir possa compor espaços de mudanças sociais e culturais, abrangendo não apenas os indivíduos pertencentes a uma maioria minorizada<sup>6</sup> (Santos, 2020), mas também a sociedade como um todo. Este autor nos ensina que “é impossível a articulação da compreensão e ‘raciocínio científico’ alijado dos signos e habitus que nos formam” (Santos, 2020, p. 43).

---

<sup>5</sup> Entende-se que o termo "homens" refere-se ao ser humano de maneira geral, sem distinção de gênero.

<sup>6</sup> Tomamos o termo ‘maioria minorizada’ de Richard Santos quando em seu livro SANTOS, Richard. *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha, 2020. 100 páginas, provoca análises, a partir de suas experiências como homem negro, para as relações raciais no Brasil.





Posto isso, atrelamos as práticas educativas e a educação popular como o saber da comunidade, que também é transformadora no que tange o enfrentamento à violência doméstica. Brandão (1986) enfatiza os espaços de socialização dos saberes nas comunidades como espaços importantes porque é nesses espaços onde “[...] o homem sabe e ensina o saber, é sobre e através das relações de objetos, pessoas e ideias que ele está falando” (Brandão, 1986, p. 10), pois as aprendizagens passam de geração em geração, sendo tudo modificado pelo ser. Baseando-se nos saberes desenvolvidos pelas práticas educativas, é possível transmutar determinados conhecimentos em ofícios. Neste sentido, compreendemos que uma das principais formas de conscientização é a disseminação desses conhecimentos, o que pode contribuir para minar as estruturas patriarcais dominantes em nossa sociedade atual. Conforme Pontes (2020)

A educação é uma das formas eficazes de intervenção, por parte do Estado, com uma proposta que combata a violência de gênero contra a mulher por parte dos agressores. A escola, especialmente, deve atuar por meio de intervenções que possam reduzir as crenças que justificam, legitimam e perpetuam comportamentos abusivos e o uso de violência em relações domésticas e familiares (Pontes, 2020, p. 70).

E na possibilidade posta por Pontes (2020), Paulo Freire nos faz refletir uma educação que seja transformadora, humanizada e humanizadora e essa não pode promover uma “cultura do silêncio” porque se assim for, será uma educação opressora e manipuladora que serve a adaptação à realidade. Mas, ao contrário, para combater as opressões a educação deve ser libertadora reduzindo como diz Pontes (2020, p. 70) “as crenças que justificam” os diversos tipos de violências sobre e para as mulheres. Neste caminho, Freire (1983) coloca o diálogo como categoria essencial e central na educação libertadora porque “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo [...] o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todo” (Freire, 1983, p.46).

Neste processo que Freire (2013) denomina de humanização- processo contínuo, permanente, inacabado, reflexivo, de ação e de transformação-, viabiliza-se uma





articulação tanto entre o ensino no âmbito escolar, quanto como uma forma de sociabilização entre e na sociedade, porque somos seres de relações e por isso podemos refletir sobre nossos contextos, porque inseridos na realidade, nos transformamos e transformamos a realidade que nos é imposta.

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação (Freire, 1981, p.53).

Uma sociedade bem educada e inserida em práticas educativas reflexivas e transformadoras poderá desempenhar um papel fundamental na interrupção do círculo de violência, pois é através da problematização e reflexão sobre a estrutura que alimenta o círculo que se combate o problema.

Situamos que houve avanços legislativos a partir da luta das mulheres, como a criação da lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano, com o intuito de elaborar mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra mulheres (Brasil, 2006), a criação dessa lei foi e é de imensurável valor e um marco histórico na vida de Maria da Penha e das milhares de mulheres brasileiras que vivenciavam a violência doméstica e das que ainda a vivenciam nos dias atuais.

Entretanto, mesmo diante do avanço da legislação, vale ressaltar, como exposto na cartilha Brasil (2020) “Enfrentando a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, que é “Importante saber que nem todos os municípios têm serviços especializados e que a mulher pode ir a delegacias, promotorias e defensorias comuns pedir as medidas protetivas” (Brasil, 2020, p. 25). Isso revela que ainda há lugares em que não existem serviços especializados para lidar com algo tão danoso à integridade física quanto a violência doméstica. Portanto, é necessário envolver toda a sociedade em um amplo





debate que busque compreender e cobrar a elaboração e criação de políticas públicas para o enfrentamento às raízes da violência contra a mulher.

Brandão (1986) enfatiza que o papel dos educadores, por meio dos processos e das práticas educativas, é o de reverter o dizer da palavra, e isso é equivalente à transformação do mundo, a linguagem é um instrumento de poder que pode tanto reproduzir e fortalecer estruturas e sustentações de opressões quanto ser um artifício de libertação e renovação. Neste caminho, Brandão (1986) diz “[...] se é com palavras que são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar [...]” (Brandão, 1986, p. 6). Depreendemos, portanto, que as práticas educativas numa perspectiva da educação popular, podem ser utilizadas como instrumentos de propagação para a compreensão dessa temática, como argumenta Freire (2013) “Não há um sem os outros, mas ambos em permanente integração” (Freire, 2013, p. 45). Sendo assim, o conhecimento, a integração e a coletividade, e nesse caso específico, a conscientização, ocorre por meio da efetivação de ações que se transformam em práticas educativas.

### 3 METODOLOGIA

Temos como abordagem para este artigo a pesquisa qualitativa, visto que nesse movimento se tem a interpretação do contexto para além da quantidade de sujeitos que o compõem. De acordo com Minayo (2007)

Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2007, p. 21).

Posto isso, inserimos a perspectiva qualitativa diante da necessidade de se ter um entendimento no sentido do respeito, relação dialógica e horizontalizada. A pesquisa





qualitativa possibilita o desenvolvimento da compreensão, explorando a natureza subjetiva e interpretativa dos participantes envolvidos.

O levantamento das informações foi realizado no mês de agosto de 2023, dedicado ao “Agosto Lilás” nas ações educativas- palestras, desenvolvidas sob a responsabilidade do Centro de Referência Maria Bonita (CRM) e da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Prefeitura de Caruaru. Para essa finalidade, fizemos uso do diário de campo pois, por ele, há uma rememoração dos acontecimentos do campo. Minayo (2007) define o diário de campo como aquele “que nada mais é do que um caderninho, uma caderneta ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades” (Minayo, 2007, p. 71). Mas que é importante porque são anotações sobre o olhar que trazem observações, descrições, comentários e reflexões dos pesquisadores de um momento específico que marcam a memória que contribuem para as análises a serem realizadas. Também foram realizadas entrevistas com questões específicas a uma das mulheres participantes das palestras e a uma técnica jurídica da CRM.

#### **4 PRÁTICA EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: AÇÃO, REFLEXÃO, AÇÃO DE ESPERANÇAR E TRANSFORMAR**

No âmbito das práticas educativas e da educação popular no enfrentamento à violência doméstica, identificamos que a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) tem se dedicado, especialmente neste mês de agosto de 2023, conhecido como “Agosto Lilás”, a intensificar a luta contra a violência direcionada às mulheres. Essa dedicação se reflete por meio de iniciativas como formações, palestras e atividades realizadas em diversos espaços públicos, com o objetivo de alcançar o público feminino. Um exemplo disso é uma das palestras onde ocorre esse diálogo

Mulheres levantaram a mão e outras disseram que conhecem. A outra representante então continua explicando sobre o ciclo de violência. **Palestrante:**





O ciclo de violência é algo difícil de perceber quando se inicia, pois a violência psicológica se mostra de maneira sutil. **Representante 1:** No CRM fazemos o acolhimento de mulheres vítimas de violência, esse acolhimento acontece de maneira sigilosa realizando encaminhamentos. **Palestrante:** Vocês sabem quais são os tipos de violência? As mulheres falam algumas, tipo: sexual, psicológica e moral. **Palestrante:** Temos a física, sexual, patrimonial, psicológica e moral. Uma das participantes então faz um questionamento: **Participante da palestra:** Expor fotos é um tipo de violência? As representantes dizem que sim, pois se configura como um crime. **Representante 1:** Eu vejo muitos casos assim no CRM [...] (Palestra, Diário de campo: 04/08/2023).

Compreendemos que as práticas educativas desenvolvidas na SPM se revelam como uma estratégia pautada na perspectiva da educação popular porque buscam conscientizar e educar as mulheres de forma especial sobre atos e procedimentos que se caracterizam como violência as mulheres, considerando o que nos expõe Maciel (2011) quando nos informa que “As experiências de Educação popular passam a ter um caráter maior de organização política a fim de conscientizar e contribuir na organização popular” (Maciel, 2011, p. 332). Isso se torna particularmente crucial visto que a disseminação de informações é essencial para que as mulheres, que enfrentam essa forma de opressão, tenham o entendimento de que podem buscar auxílio e suporte. Podemos então ver materializado o que Bastista (2017) nos expôs “As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania” (Batista, 2017, p.11).

Compreendemos que, além dos aspectos de reeducação, emancipação e libertação, as práticas educativas no viés da educação popular desempenham um papel crucial para refletir a realidade e desenvolver consciência sobre atos opressores que reduzem o ser humano a ser menos, como nos diz Freire (1979)

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade





dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (Freire, 1979, p. 15).

Nesse sentido, é nítido que práticas educativas pautadas na educação popular se entrelaçam e conseqüentemente nos trazem a uma realidade que outrora não é vislumbrada, visto que nos causa impactos e nos revela o quão importante é a reflexão acerca de ser consciente e não abrir mão das informações e direitos que são destinados a uma classe que é maioria, mas é minorizada, a conscientização traz consigo o ato da denúncia e por conseguinte a oportunidade de anunciar o que adquirimos quando estamos a par de uma transformação que desencadeia, em sua grande parte a transformação do ser e de sua realidade opressora.

Esse processo de integração, de diálogo e de conhecimento favorecido no mês de Agosto pela SPM promove um aumento da interação entre as mulheres-vítimas, algo que muitas vezes era evitado devido aos traumas e a vergonha que enfrentavam. No entanto, fica evidente que as práticas educativas têm um impacto profundamente positivo na vida dessas mulheres, conforme destacado pela entrevistada:

De ter contato com mais pessoas, porque eu antigamente, assim, antes eu não queria, onde tivesse gente, eu não queria ficar, não queria conversar, hoje em dia não, daqui ou do ponto e vírgula, se ela dizer: "ói, tal dia tem isso", eu tô lá, eu sempre volto reabastecida, eu volto muito melhor (Mulher entrevistada, Diário de campo: 04/08/2023).

A fala da mulher entrevistada nos ilustra uma transformação notável em sua atitude e comportamento ao longo do tempo. Ela compartilha uma mudança significativa em relação ao seu desejo de interagir com outras pessoas. No passado, ela evitava qualquer situação social que envolvesse a presença de muitas pessoas, indicando uma possível sensação de desconforto, ansiedade social, ou até mesmo isolamento.

No entanto, a entrevistada ressalta uma virada positiva em sua postura atual. Ela descreve como essa resistência anterior deu lugar a uma nova mentalidade, na qual ela





agora se sente mais aberta a interações sociais e participação em eventos. Assim como nos fala Brandão (1986)

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas — imersas ou não em outras práticas sociais —, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular (Brandão, 1986, p. 16).

A menção de estar disposta a comparecer a atividades mesmo com um simples aviso demonstra um aumento notável de confiança e interesse em se conectar com os outros, fazendo com que essas atividades tornem-se canais de saberes, que são passados de um/a para o/a outro/a, tal qual a educação, que é sucessiva ao longo do tempo, quem detém conhecimentos, ao partilhá-los emancipa-se a si e o/a próximo/a, fazendo com que de fato haja uma maior articulação na socialização das experiências adquiridas nas atividades e naquela que embala a vida do/a sujeito/a. Assim como nos elucida Freire (1979) “A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante [...] O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação” (Freire, 1979, p. 16).

Sendo assim, é fundamental destacar que as práticas educativas, quando direcionadas como um suporte às mulheres, desempenham um papel significativo na sua reintegração ao mercado de trabalho. Essa abordagem se configura como um meio de emancipação e libertação para essas mulheres. Nesse contexto, compreendemos que essa forma de ação se alinha de maneira eficaz com as práticas educativas voltadas ao enfrentamento da violência. Afinal, entendemos que educar não apenas proporciona conhecimento, mas também promove a libertação das amarras que a violência impõe. Como nos relatou a Técnica Jurídica:

Veja, aqui nós temos o balcão de atendimento, né, que é na SPM. Nós que estamos no CRM trabalhamos diretamente com esse enfrentamento. Com relação à SPM e o balcão de enfrentamento, nós temos os cursos e as capacitações. Por exemplo, um dos últimos cursos que ofertamos foi o de unha de gel, onde as usuárias fizeram o curso de unha de gel e já saíram com o primeiro material para que elas





viesses a trabalhar. Diante desse contexto, sairiam daquele ciclo de violência, porque na realidade é muito fácil a gente nessa fala está falando da violência e dizer que a mulher tem que sair desse ciclo violento, mas como? Tem mulher que depende exclusivamente da renda do companheiro, tem filhos, não tem trabalho. Então, o centro de referência, como é que a gente pode ajudar? A gente tem psicólogas, assistentes sociais e o jurídico. Além disso, a gente oferece os encaminhamentos. O balcão SPM também dá esse suporte de capacitação para as mulheres vítimas de agressão, para que elas consigam se libertar desse ciclo violento (Técnica Jurídica, Diário de campo: 08/08/2023).

Esse relato nos demonstra o compromisso e a abordagem abrangente adotada pelo Centro de Referência Maria Bonita (CRM) e pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) no enfrentamento da violência doméstica. A integração entre as duas instâncias é notável, evidenciando a compreensão da complexidade dos desafios que as mulheres enfrentam ao tentar sair de um ciclo de violência. A oferta de cursos e capacitações, como o exemplo do curso de unha de gel, é um exemplo concreto de como essas organizações não apenas se concentram na assistência imediata, mas também buscam fornecer meios práticos para que as mulheres possam conquistar autonomia financeira. Nesse viés, compreendemos que “um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é reeducar-nos para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. Eles nos lembram sujeitos em movimento, em ação coletiva” (Arroyo, 2003, p. 33).

É visto que uma ação coletiva traz um movimento literal na vida do/a sujeito/a, pois transforma de modo abrangente a situação em que outrora se encontrava, causando de fato uma corrente que emancipa e dá o devido suporte para quem necessita, fazendo com que haja uma ampliação dos horizontes, quando as perspectivas e realidade do ser é posto às claras.

Outro caso que nos chamou bastante atenção foi o que ocorreu no dia 09/08/2023 na palestra do Maria da Penha vai às escolas, no qual após a exposição dos vídeos e a fala da delegada sobre os diversos tipos de violência contra a mulher e as informações sobre a lei Maria da Penha. A delegada abre o questionamento aos/as alunos/as e umas das perguntas feitas foram:





**Criança 1:** - Quando a mãe está grávida, e o pai empurra, pode machucar o bebê?  
**Delegada:** - Sim, ele vai responder pelo crime duas vezes, por machucar a mãe e o bebê [...] e mesmo que a vítima não queira denunciar, é obrigatório a denúncia por qualquer pessoa. **Criança 2:** - Quando a pessoa é um ex-marido/companheiro e fica indo atrás é crime? **Delegada:** - É sim, isso é crime de perseguição (Diário de campo: 09/08/2023).

Através desses questionamentos, torna-se evidente a importância das práticas educativas como veículo de disseminação de informações cruciais. Um exemplo notável é a forma como as crianças e adolescentes presentes absorvem o conhecimento de que a violência doméstica é, de fato, um crime, e de que existem meios de enfrentamento e combate a essas situações.

Essa abordagem educativa, fundamentada na conscientização, possui o potencial de se enraizar nas mentes das crianças e dos/as jovens, repercutindo posteriormente em seus lares, ou para outras mulheres, mães, irmãs, filhas que enfrentam a dolorosa realidade da violência doméstica. Essa prática surge como uma luz de esperança, transmitindo a mensagem de que há uma saída possível e que é possível romper o ciclo de violência de maneira eficaz e efetiva.

Como postulado por Maciel (2011) ao discutir a Educação Popular na perspectiva freiriana, “a Educação Popular, dessa forma, é pautada na dialogicidade [...] o conhecimento é construído e reconstruído à medida do desvelamento do vir a ser na construção do saber realizado no processo de conscientização e na condição de seres históricos e inacabados” (Maciel, 2011, p. 338). Alinhamos as observações da autora com as práticas educativas voltadas para o enfrentamento à violência doméstica, reconhecendo que a Educação Popular tem o potencial de fortalecer as estruturas locais e populares de poder de classe dentro da comunidade. Sendo assim, uma educação que alcance as camadas populares de maneira que possa transformar e mudar vidas.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, partimos da necessidade de retornarmos ao nosso questionamento inicial, que é: Quais práticas educativas na perspectiva da educação popular são realizadas para o enfrentamento da violência doméstica em Caruaru-PE? Temos o seguinte a dizer:

Identificamos práticas educativas na perspectiva da educação popular que são utilizadas no combate a violência doméstica: são palestras formativas que trazem informações importantes que levam as mulheres a saber que há políticas públicas de assistência com as quais podem contar, que não estão sozinhas. Nessas palestras foram apresentadas as ações, o funcionamento da equipe, seus projetos e atendimento em caso de violência doméstica, ainda há também a promoção de discussão para tirar dúvidas sobre a temática proporcionando uma reflexão e reconstrução do conhecimento que se tem. Importantes também são as informações sobre a oferta de cursos de qualificação e formações profissionais para as mulheres que possibilitam uma maneira de emancipação financeira e um esperar para o processo de socialização.

Inferimos que a expressão educação popular não nos apareceu nas palavras mencionadas pelas palestrantes e envolvidas no processo educativo em que participamos; entretanto, pudemos analisar a sua materialização nos diálogos, abertura para a escuta, nas linguagens não verbais, como nos olhares, nos sorrisos de acolhimento e compreensão, nas respostas às nossas perguntas. Sendo assim, percebemos que as formações, bem como os acompanhamentos psicológicos, jurídicos, sociais e educativos contribuem de maneira eficaz para a reintegração e emancipação das mulheres vítimas de violência doméstica na sociedade, de igual modo para o combate desse estigma que é constantemente presente nas vidas das mulheres. Neste sentido, salientando que a (re)educação social poderá contribuir de maneira benéfica e decisiva para uma luta maior que previna, oriente, redirecione, aconselhe e, acima de tudo, salve vidas que, muitas vezes, por falta de acolhimento/informações são perdidas.





Compreendemos que este trabalho poderá contribuir de maneira expressiva para o viés da importância de práticas educativas na perspectiva da educação popular no enfrentamento à violência doméstica no Município de Caruaru-PE. São educações e práticas que não se atém apenas ao espaço escolarizado, mas ultrapassam seus muros para uma ação de conscientização, favorecendo o diálogo nos processos educativos escolares com os dos movimentos sociais, como ocorreu com o Centro de Referência Maria Bonita (CRM) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) indo a escola, mas também fora dela como maneira de reflexão de realidades e emancipação de mulheres que sofrem violência.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento - o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?**. Belo Horizonte, Brasil, 2003.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação Popular em Movimentos Sociais: construção coletiva de concepções e práticas educativas emancipatórias** UFPB, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 1986.

BRASIL, **Lei nº. 11. 340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

FREIRE, Paulo, 1921- F934c **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**/Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Formato: e-book.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981





MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PONTES, Erica Silva. **Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulher**. Fortaleza-Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

SANTOS, Richard. Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

STEVENS, C. et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília-DF: Technopolitik, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Editora e livraria brasiliense, 2017.

Recebido em: 30/04/2025  
Aprovado em: 09/05/2025

